

## **AZEVEDO, Arnolfo**

\*dep. fed. SP 1903-1926; sen. SP 1927-1930.

*Arnolfo Rodrigues de Azevedo* nasceu em Lorena (SP) no dia 11 de novembro de 1868, filho do Antônio Rodrigues de Azevedo e de Eulália Moreira de Castro Lima, barões de Santa Eulália. Seu pai foi deputado provincial e vice-presidente da província de São Paulo durante o Império. Sua mãe era filha da viscondessa de Castro Lima.

Fez os estudos primários em sua cidade natal, cursou o secundário em regime de internato no Colégio Moretzsohn, na capital paulista, e em 1884 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, para cursar os preparatórios no Colégio Menezes Vieira e prestar exames perante o Colégio Dom Pedro II. Em março de 1887, foi matriculado pelo pai na Faculdade de Direito de São Paulo. Em janeiro de 1889, com o falecimento do pai, sendo o único filho homem, viu-se obrigado a assumir a direção da família. Formou-se em ciências jurídicas e sociais em 1891.

Casado, retornou a Lorena com a ideia de abrir um escritório de advocacia. Filiou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP) e foi convidado a candidatar-se a deputado estadual, mas recusou o convite. Em 1892 foi nomeado promotor público em sua cidade, mas renunciou apenas quatro meses depois. Em 30 de agosto foi eleito vereador e em seguida presidente da Câmara Municipal de Lorena. Em novembro seguinte promulgou o Código Municipal, por ele elaborado. Por decreto de julho de 1893, foi nomeado pelo presidente Floriano Peixoto coronel comandante superior da Guarda Nacional.

Por decisão dos integrantes comissão diretora do PRP, seu nome foi incluído na chapa de candidatos a deputado estadual no pleito de 1º de dezembro de 1894. Eleito, tomou posse em 7 de abril de 1895 e, na legislatura 1895-1897, foi presidente da Comissão de Estatística, Minas e Terras Devolutas, e membro da Comissão de Fazenda. Em 1º de dezembro de 1897 foi reeleito para o período 1898-1900 e escolhido primeiro-secretário da mesa diretora da Câmara Estadual. Em 10 de abril de 1899, quando o deputado Luís Piza teve sua reeleição para a presidência do Legislativo paulista vetada e renunciou ao mandato, solidarizou-se com este, assim como o deputado Plínio de Godói, renunciando também. Deixou igualmente o mandato de vereador, a presidência da Câmara Municipal de Lorena e o diretório do PRP da cidade, do qual era presidente desde 1892. Afastou-se assim da vida pública, transformando-se em agricultor e passando a administrar a fazenda da Conceição da Boa Vista, que havia recebido de herança. Em dezembro de 1901 retornou à política, sendo eleito novamente vereador à Câmara Municipal de Lorena, e, em janeiro de 1902, presidente da casa.

### **DEPUTADO FEDERAL**

Em 18 de fevereiro de 1903 foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1903-1905, assumindo o mandato em 3 de maio seguinte no Rio de Janeiro, então capital federal. Iniciou então um longo período na Câmara dos Deputados, à qual seria reconduzido em sete eleições sucessivas e na qual permaneceria até dezembro de 1926. Já na primeira legislatura de que participou, em setembro de 1905 apresentou um substitutivo ao projeto de lei referente aos Impostos Interestaduais, que seria aprovado e transformado em lei, sancionada pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906). No início da legislatura 1906-1908 foi escolhido por seus colegas primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados. Em 1906, o Executivo apresentou um projeto de lei dispondo sobre a

criação do Ministério da Agricultura. Pela força econômica do estado de São Paulo, estava acertado que o futuro ministro seria um paulista. Três nomes foram cogitados para o posto: Arnolfo Azevedo, Luís Piza e Rodolfo Miranda. A escolha acabaria por recair em Cândido Rodrigues, que seria nomeado para o cargo por Nilo Peçanha (1909-1910).

Em 1907, Arnolfo Azevedo organizou a firma Azevedo & Suplicy, em sociedade com seu cunhado Luís Suplicy, para melhor administrar a área da fazenda, com uma vasta plantação de arroz. Apesar do investimento na aquisição de máquinas e animais, o empreendimento não trouxe a compensação esperada.

Na legislatura 1909-1911, seis dias após tomar posse em 3 de maio, foi reeleito primeiro vice-presidente da Câmara. Apoiou desde o início a Campanha Civilista de Rui Barbosa para a presidência da República, afinal derrotada por Hermes da Fonseca (1910-1914). Em 23 de dezembro de 1910 apresentou projeto de lei que criava o Conselho Federal da República, com o fim de deliberar, mediante consulta dos poderes públicos, sobre assuntos políticos e administrativos – o órgão seria implementado, com algumas alterações, somente com a Constituição de 1988, como Conselho da República, e regulamentado pela Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990.

Iniciada a legislatura 1912-1914, apesar de fazer parte do grupo contrário ao governo de Hermes da Fonseca, foi escolhido membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Como tal, divergiu de público da maioria governamental quando Hermes da Fonseca mandou mensagem ao Congresso Nacional sobre o estado de sítio no Distrito Federal, nas cidades de Niterói e Petrópolis (RJ), além do estado do Ceará, decretado em 4 de março de 1914 e prorrogado no dia 30 de abril, durante o recesso parlamentar. Outra discordância ocorreu em junho de 1914, quando foi formulado por Hermes da Fonseca o pedido de intervenção federal no Ceará. Em seu voto vencido, pôs em dúvida a legalidade do ato do presidente da República. Da mesma forma, manifestou-se contra a intervenção no estado do Rio de Janeiro, discutida entre outubro de 1914 e fevereiro de 1915.

Na legislatura 1915-1917 foi novamente eleito para a CCJ. No mês de setembro de 1915, apresentou projeto de lei sobre a mobilização do crédito hipotecário rural, que acabou não sendo aprovado. A partir de junho de 1916, participou da discussão sobre a situação no Espírito Santo, que vivia uma dualidade de governos. Na discussão sobre a organização político-administrativa do então Distrito Federal, opôs-se ao deputado Afrânio de Melo Franco, defendendo a eleição direta dos membros do Conselho Municipal. Diante da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em 26 de outubro de 1917, apoiou o presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), que entendeu que deveria decretar o estado de sítio para melhor salvaguardar as instituições e a ordem pública. Em sua opinião, não deveria haver limitações ao estado de sítio nem quanto à área, nem quanto ao prazo, mas o Congresso Nacional entendeu que se deveria limitar a medida. Conforme proposto no Senado por Rui Barbosa, em 17 de novembro foi decretado o estado de sítio no então Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, regiões onde se localizavam as colônias alemãs no país. O estado de sítio seria prorrogado por mais duas vezes, até 31 de dezembro de 1918.

Permaneceu na CCJ na legislatura 1918-1920, e em março de 1919 teve seu nome cogitado para a sucessão de Altino Arantes no governo de São Paulo. Afinal foi indicado Washington Luís, prefeito da capital paulista. Também nesse ano, após vários problemas de ordem política em sua cidade, resolveu vender sua fazenda em Lorena e transferir sua residência e toda a família para o Rio de Janeiro.

Logo no início da legislatura 1921-1923, em 16 de maio, foi eleito presidente da Câmara

dos Deputados. O mesmo ocorreria nos dois anos seguintes. Conforme seu discurso posse, seu programa consistia na elaboração das leis e do Orçamento da União, sem atropelos, e com um acurado exame das despesas a serem realizadas. Na preparação da sucessão de Epiácio Pessoa na presidência da República (1919-1922), foi um dos organizadores da convenção nacional realizada em 8 de junho de 1921, que indicou Artur Bernardes para presidente e Urbano dos Santos, presidente do Maranhão, para vice.

Após a eleição de Artur Bernardes em março de 1922, diante da crescente agitação nos meios políticos e militares, Epiácio Pessoa convocou uma reunião reservada com a cúpula da política nacional no palácio do Catete. Participaram do encontro, na noite de 1º de maio, três senadores e três deputados – entre eles Arnolfo Azevedo –, e os ministros da Guerra e da Marinha. Epiácio declarou que garantiria a posse de Artur Bernardes, mas receava que este não pudesse se manter no poder por mais de 48 horas. Admitia assim, como solução para a grave crise político-militar, a renúncia de Bernardes. Os dois ministros e dois senadores apoiaram a hipótese da renúncia, enquanto o senador Raul Soares e os deputados Melo Franco, Bueno Brandão e Arnolfo Azevedo foram contra. O presidente deliberou que fossem consultados o próprio Bernardes e Washington Luís, presidente de São Paulo. A incumbência de entrar em contato com Washington Luís coube a Arnolfo Azevedo.

Washington Luís apoiou a posse de Bernardes, que transcorreria, como previsto, em 15 de novembro.

Em 19 de junho de 1922, participou da cerimônia de lançamento da pedra fundamental do novo prédio da Câmara dos Deputados, que receberia nome de palácio Tiradentes e cuja construção acompanharia. Também durante toda a legislatura 1924-1926 presidiu a Câmara dos Deputados. Pouco tempo depois da posse de Carlos de Campos no governo de São Paulo, irrompeu na capital paulista a revolta tenentista de 5 de julho de 1924. Para a defesa do governo constituído foram formados batalhões patrióticos em diversas cidades do interior do estado, e os de Lorena, Cachoeira Paulista e Aparecida receberam o nome de Arnolfo Azevedo. Em 1925, a vagar a presidência do Centro Paulista, no Rio de Janeiro, em decorrência da morte do senador Alfredo Ellis, foi escolhido para substituí-lo. Em 1926, participou da inauguração do palácio Tiradentes.

#### SENADOR

Quando da eleição de Washington Luís para a presidência da República em março de 1926, ficou acertado que a presidência da Câmara passaria para um deputado pernambucano, e que Arnolfo Azevedo seria deslocado para o Senado Federal, na vaga deixada pelo próprio Washington Luís. Em 31 de dezembro de 1926, após 24 anos como deputado federal e seis como presidente da Câmara, Arnolfo Azevedo concluiu assim seu último mandato na casa. Eleito senador em 24 de fevereiro de 1927, tomou posse em 22 de abril.

Em 5 de maio de 1928, foi um dos convidados do presidente da República para a participar das solenidades de inauguração da rodovia Rio – São Paulo. Também em 1928 tornou-se membro substituto da Comissão de Finanças do Senado, e logo depois foi eleito seu presidente em virtude do falecimento do titular, senador Bueno de Paiva.

Para as eleições presidenciais de 1º de março de 1930, apoiou a candidatura de Júlio Prestes, afinal vitoriosa. Na madrugada de 3 de outubro de 1930, foi surpreendido com a notícia da eclosão da Revolução de 1930 nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. O governo tentou agir e, após a aprovação do Congresso Nacional, com o voto favorável de Arnolfo Azevedo, decretou o estado de sítio. No dia 24 de outubro, porém, Washington Luís foi deposto e levado preso para o forte de Copacabana. Embora a

princípio se recusasse a deixar sua moradia, após ser alertado por Raimundo Barbosa Lima, revolucionário e amigo da família, de que poderia ser preso, Arnolfo Azevedo buscou refúgio na embaixada de Portugal em companhia da esposa e duas filhas. Lá permaneceu até o dia 12 de novembro, quando o embaixador português lhe conseguiu um salvo conduto para livre trânsito em todo o país, o que lhe permitiu voltar para casa.

Em 1934 resolveu deixar o Rio de Janeiro e retornar a Lorena, indo morar no Solar dos Azevedos, que pertencera a seus pais. Passou então a se dedicar à poesia, publicando sob pseudônimo em um jornal local. Faleceu em Lorena em 14 de janeiro de 1942.

Foi casado em primeiras núpcias com Dulce Lina da Gama Cochrane, com quem teve 13 filhos. Viúvo, casou-se com Zaíra da Gama Cochrane, sua cunhada. Seu filho Aroldo de Azevedo, geógrafo e geomorfólogo, foi catedrático de geografia da Universidade de São Paulo e autor de livros adotados em escolas brasileiras.

Publicou os trabalhos *Impostos interestaduais*, *Árvores genealógicas do capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro e Ana Maria Pereira* e *Trabalhos parlamentares*.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: AZEVEDO, A. *Arnolfo*; ABRANCHES, J. *Governos* ; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo; Correio Paulistano* (15/1/1942; *Folha da manhã* ( 15 /1/1942); *Livro do Centenário*; PRES. REP. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder*; SENADO. *Dados biográficos*.